

BRASÍLIA-DF – 07/03/2018

Senado: Representante da NCST e da CSPB participa de sessão temática sobre segurança pública



Na ocasião, presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), defendeu a integração das forças de segurança. Vice-presidente da Nova Central, Fernando Anuniação, defende regulamentação da Polícia Penal como indispensável para a execução eficaz da agenda de atuação integrada com demais categorias policiais.

Representando a Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST e a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB, o vice-presidente da central sindical, **Fernando Ferreira Anuniação**, participou, nesta terça-feira (06/03), de sessão temática no plenário do Senado Federal sobre segurança pública. Na ocasião, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu a integração das forças de segurança. A proposta para criar um sistema integrado de Segurança Pública deve ser avaliada pelos deputados, em regime de urgência, na próxima semana, já que o relator na Câmara, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), fará algumas modificações no texto que havia redigido. O procedimento foi acertado após a reunião promovida pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, com o intuito de aprimorar a redação da proposição (**PL 3734/2012** na Câmara).

Fraga pretendia ter concluído nesta manhã um substitutivo ao PL e às proposições apensadas, para votá-lo ainda nesta semana, mas as sugestões apresentadas por parlamentares e ministros das cortes superiores da Justiça levaram o deputado a rever a redação. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já se comprometeu a aprovar regime de urgência para votação da proposta, que será “escrita a várias mãos, será colaborativa”, como frisou Eunício Oliveira.

“A integração das forças de segurança pública torna-se elemento indispensável diante dos alarmantes índices de violência que acomete nossa população. Não há mais espaço, dentro desse planejamento estratégico de atuação integrada, de deixar o Sistema Penitenciário fora dessa discussão. Regulamentar a Polícia Penal é mais que um compromisso com nossa categoria, é dever de todo parlamentar verdadeiramente comprometido com modernização da estrutura de segurança pública do nosso país. Essa luta de mais uma década já está bem encaminhada no Congresso Nacional e, com a violência no topo das preocupações da sociedade brasileira, estamos confiantes de que iremos, integrados com as demais forças de segurança, dar relevantes colaborações no combate ao crime organizado”, destacou Anuniação.

Texto do PL

Alberto Fraga explicou que o projeto vai regulamentar o parágrafo 7º do artigo 144 da Constituição Federal, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

O deputado informou que a proposta deverá ter 48 artigos. Em síntese, trará diretrizes para o planejamento e a integração entre os órgãos de polícia. Estes irão abastecer o Ministério da Segurança Pública de informações que serão organizadas e sistematizadas para acesso de todos os estados. O texto vai criar uma espécie de premiação para as unidades da federação que compartilharem as informações relativas à segurança, mas nada será obrigatório, a princípio.

— A recompensa é que vai permitir que a informação seja compartilhada. Por que o projeto não gera despesa? Porque, na verdade, as informações, os cadastros, já existem. O que vai acontecer é que o órgão central, o Ministério da Segurança Pública, vai exigir que isso seja compartilhado por todos — disse Fraga.

Lei de Execução Penal

Depois de aprovado o texto que integra a Segurança Pública, conforme explicou Eunício, a Câmara deve votar a proposta que atualizou a Lei de Execução Penal (**Lei 7.210/1984**). O **PLS 513/2013**, enviado aos deputados em outubro do ano passado, tem por objetivo reduzir a superlotação dos presídios, melhorar a ressocialização dos presos, combater o poder do crime organizado nas penitenciárias e prevenir as rebeliões que provocaram centenas de mortes nos últimos anos. O presidente do Senado disse que os deputados apresentarão emendas para aprimorar a proposta.

Interesse social

Eunício refutou os questionamentos da imprensa de que a emergência para votar a pauta da segurança pública tenha o objetivo de angariar votos. Ele lembrou que o Senado vem se debruçando sobre esse tema, assim como sobre a questão da microeconomia, desde o ano passado.

— A pauta, na minha concepção, não é eleitoreira, muito menos para ganhar ou discutir eleições. É muito sério o que acontece no Brasil para misturar isso com interesse de eleição. Ninguém em sã consciência vai fazer isso, e quem fizer, acredito que a sociedade está muito atenta, o que é questão eleitoral e não de defesa dos interesses da sociedade — opinou.

Ainda sobre a pauta de segurança pública da Câmara, Fraga afirmou que devem ser analisadas, após a aprovação do projeto da segurança pública, proposições de interesse das mulheres, como a que trata das punições para estupro coletivo, e também a que flexibiliza o Estatuto do Desarmamento.

(Agência Senado com adaptações da Imprensa NCST)

NCST/MS homenageia as Mulheres Sindicalistas



Em comemoração ao dia Internacional da Mulher, a Nova Central MS está oferecendo uma singela lembrança para uma representante de cada Sindicato filiado. Gostaríamos de fazer a entrega pessoalmente a cada uma dessas Guerreiras no dia 8 de março, mas devido a distância e o tempo estaremos enviando no decorrer do mês.

Obs: As sindicalistas filiadas que puderem passar na sede da FeserpMS na rua Avenida Hiroshima, Carandá Bosque, Campo Grande – MS, o presente estará disponível a partir de hoje 05/03.

Que Deus abençoe a cada Mulher que vem fazendo a diferença na defesa da democracia desse nosso Brasil ainda machista.

(NCST/MS)

Privatização da Eletrobras: incompetência e irresponsabilidade



Temer e a direção da empresa insistem em um projeto de lei que, se implementado, entregará patrimônio público estratégico a preço de banana, resultará em anos de litígio, paralisará investimentos, aumentará os preços da energia, além de ampliar o risco de racionamento.

É notório que a sustentação econômica do governo Temer/Meirelles depende do empenho para entregar projetos que satisfaçam o “mercado” especulativo e rentista. Só assim eles mantêm o apoio do grande capital nacional e internacional e da imprensa oligopolizada e decadente. Além disso, projetos privatizantes em anos eleitorais também atraem financiadores de campanha sedentos de oportunidades lucrativas.

A privatização da Eletrobras está nesse rol de demandas dos grandes grupos econômicos. Para alcançar esse objetivo, o governo lança mão do autoritarismo, desrespeito às leis e instituições. O Ministério

de Minas e Energia, o Ministério da Fazenda e a alta direção da Eletrobras insistem em um projeto de lei falido que, se implementado, promoverá a entrega de um patrimônio público estratégico a preço de banana, irá resultar em anos de litígio na justiça, paralisará os investimentos no setor elétrico, causará aumento dos preços da energia elétrica, além de ampliar o risco de racionamento.

A incompetência para pensar um modelo eficiente para o setor elétrico e o descompromisso com o patrimônio público brasileiro ficarão claros ao longo desse texto, que pretende mostrar que: 1. O Governo Temer está propositalmente trabalhando para vender a Eletrobras por um preço muito inferior ao seu real valor; 2. Existem grandes riscos no atralhado projeto de lei da venda da Eletrobras; 3. A privatização da Eletrobras não contribui para uma redução sustentável do déficit primário e 4. Servirá para enriquecer ainda mais os fundos nacionais e estrangeiros que já detêm parcela significativa da empresa.

1. A venda a preço de banana

O Governo Temer tem pouco tempo. Uma forma de agradar ao mercado e ao mesmo tempo acelerar a venda da Eletrobras é colocando-a a venda por um preço ridicularmente baixo, e essa é a estratégia do governo. O PL do governo propõe que a privatização da Eletrobras deve ocorrer simultaneamente a descotização (revogação da lei 12.783). Uma forma, ainda que tosca, de disfarçar essa subprecificação é ignorar os efeitos da descotização sobre as receitas da empresa. A Eletrobras está com um lucro de R\$ 2,2 bi acumulados nos nove meses de 2017. A descotização representaria um aumento de receitas de R\$ 12 bi que, com certeza, teria um grande efeito positivo sobre os lucros da empresa e que o governo propositalmente ignora. Outra medida adotada para desvalorizar a empresa foi a assunção de R\$ 20 bilhões em dívidas no processo de privatização das distribuidoras, medida que as entidades sindicais estão questionando na Justiça.

2. Riscos e pontas soltas no Projeto de Lei

Se pretendiam vender a Eletrobras, seus gestores não fizeram o dever de casa. Os problemas não resolvidos são tantos que podemos inclusive considerar a insegurança jurídica do processo como mais um elemento a rebaixar o preço de venda. Conforme noticiado por boletim do FNU/CNE, os contratos de dívida da Eletrobras possuem cláusulas que permitem a cobrança antecipada do valor no caso de mudança do controlador. Assim, a privatização acarretará em um grande litígio entre credores e acionistas que paralisará a empresa por um longo tempo, em uma situação muito mais complicada que a da empresa Oi.

Há risco de litígio também relativo aos processos contra a Eletrobras referentes ao empréstimo compulsório, que representa hoje um passivo de R\$ 15 bi para empresa e uma despesa financeira anual bilionária. Os fundos abutres estão de olho nessas oportunidades. A Eletrobras inclusive já recebeu carta de um grande investidor (AAE Management LLC) ameaçando acionar a justiça americana em caso de privatização.

Segundo reportagem publicada pelo site UOL, esse fundo chegou a ter reuniões privadas com o Ministro do MME Fernando Filho, em 9/11/17 e com o CEO da Eletrobras Wilson Ferreira, em 7/11/17. Pra completar, pode parecer sem sentido, mas o projeto de privatização prevê a criação de uma nova estatal, com as mesmas funções da

Eletrobras Holding, mas que teria como subsidiárias apenas Itaipu e Eletronuclear, o que por si só pode se tornar um problema político e legal. Por força das leis americanas, essa nova empresa precisaria ficar pelo menos dois anos listada na bolsa de NY. Esse desmembramento da holding causaria ainda problemas relacionados as garantias cruzadas de empréstimos envolvendo os investimentos da Eletrobras e garantias de Itaipu, empresa que estaria excluída da privatização.

3. A falácia de que a venda irá ajudar a reduzir o déficit primário

Ao contrário do que afirma o atual governo, a Eletrobras é uma empresa que contribui positivamente para o resultado primário do governo. Prova disso é que nos últimos 10 anos, incluindo nesse cálculo os raros anos de prejuízo, a Eletrobras pagou para União, direta e indiretamente[ii], cerca de R\$ 13 bilhões. Ou seja, no agregado a Eletrobras contribuiu positivamente para o resultado primário do Governo Federal, tendo, em vários momentos, pago muito mais do que os 25% de dividendos mínimos determinados por Lei[iii]. Esses dados são suficientes para demonstrar que, a médio e longo prazo, a privatização é ruim para o resultado fiscal. Em curto prazo, por outro lado, a arrecadação se mostra pouco relevante perto da previsão de déficit nominal e primário de R\$ 450 bilhões e R\$ 157 bilhões, respectivamente.

4. A falácia da democratização do capital

Uma simples leitura da Ata de uma Assembleia Geral Ordinária da Eletrobras traz informações que jogam por terra o eufemismo da democratização do capital. Na Ata estão listados os fundos que possuem o mesmo representante na AGO[iv], como a 3G Radar (de Jorge Paulo Lemann), Opportunity (das privatizações dos anos 1990, por meio de Daniel Dantas), Squadra (que detém participações representativas na Equatorial), dentre outros.

Há outro representante na AGO integrando fundos estrangeiros de investimento (Black Rock, Goldman Sachs, BNP Paribas, JP Morgan), fundos de previdência estrangeiros (British Airways Pension Trustees Ltd, Boeing Company, California Public Employees Retirement System, Oregon Public Employees Retirement System, Public Employees Retirement System of Idaho, Public Employees Retirement System of Mississippi), fundos soberanos (Government of Singapore, Norges Bank) e outros.

Paradoxalmente, com a privatização da Eletrobras, a geração de riqueza estaria ainda mais voltada para a sustentação da aposentadoria de cidadãos europeus e norte-americanos ao invés de gerar renda e emprego para os brasileiros.

Fato é que Temer, Pedrosa (denunciado em escândalo internacional no qual teria atuado contra os interesses do Brasil) e Wilson Pinto Jr. elaboraram um plano de privatização ruim e inexequível! Não é a toa que para sua execução eles têm recorrentemente adotado medidas antidemocráticas e autoritárias. O projeto é tão ruim que é possível encontrar especialistas do setor contra na direita (por exemplo J. L. Alqueres), no centro (Instituto Ilumina) e na esquerda (Pinguelli e Ildo Sauer). Apesar disso, o projeto de Lei vem ganhando força por estar ancorado no atendimento a grandes interesses particulares e negociatas. Caso o plano de privatização venha a ser implementado, certamente acarretará muitos

problemas para a população e para seus acionistas, problemas esses que vão muito além do aumento do preço da energia elétrica.

(ANEEL)

61,2% das famílias continuam endividadas



O percentual de famílias com algum tipo de dívida chegou a 61,2% em fevereiro deste ano, segundo dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgada hoje (6). A taxa é levemente inferior aos 61,3% de janeiro último, mas superior aos 58,7% de fevereiro de 2017.

O cartão de crédito foi o grande vilão para 77% das famílias que se declararam endividadas na pesquisa. Na sequência, aparecem os carnês (16,5%) e o financiamento de carro (10,7%).

Já o percentual de famílias inadimplentes, com dívidas ou contas em atraso, ficou em 24,9%. Assim como no endividamento, a taxa é levemente menor que a de janeiro deste ano (25%), mas superior aos 24,1% de fevereiro do ano passado.

Já as famílias que não conseguiram pagar suas contas chegam a 9,7%, levemente acima de janeiro (9,5%), mas abaixo de fevereiro de 2017 (10,2%).

O tempo médio de atraso para o pagamento de dívidas foi de 64,9 dias em fevereiro de 2018, inferior aos 65,7 dias no mesmo período do ano passado. Em média, o comprometimento com as dívidas foi de 6,9 meses, sendo que 31,1% das famílias possuem dívidas por mais de um ano.

(Agência Brasil)

Brasil lidera preparação da Declaração sobre Direito dos Afrodescendentes



Liderados pelo Brasil, representantes de países africanos, da América Latina e do Caribe estão preparando a Declaração das Nações Unidas sobre Direito dos Afrodescendentes. De acordo com o secretário nacional de Promoção da Igualdade Racial, Juvenal Araújo, a iniciativa faz parte da implementação da Década Internacional de Afrodescendentes. “Estamos dialogando para que essa declaração possa ser promulgada pelas Nações Unidas o mais breve possível”, disse.

O grupo deve se reunir em setembro para discutir os pontos da declaração. Com a Década Internacional de Afrodescendentes, entre 2015 e 2024, as Nações Unidas querem destacar a importante contribuição dada pelos afrodescendentes para a sociedade e propor medidas concretas para promover a sua plena inclusão, o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância.

Outra ação do Brasil, dentro dos compromissos da Década Internacional, será a 4ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (IV Conapir), que será realizada entre os dias 27 e 30 de maio em Brasília. “Estamos ativos para que essa década seja representativa”, ressaltou Araújo.

O secretário participou hoje (6) do programa *Por Dentro do Governo*, da TV NBR.

“Vemos o racismo latente no país e ele não é tratado como crime na sua punição”, disse Araújo. Para ele, uma das formas seria o endurecimento das penas para racismo no âmbito de Judiciário. “Precisamos de penas mais duras para que possam refletir sobre o tamanho da agressão que é a discriminação racial. A pessoa que sofre o racismo sente que o agressor a cada dia se torna mais impune”.

Os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional estão previstos na Lei 7.716/1989 e são punidos com penas de um a cinco anos e multa. “Infelizmente, tivemos mais de 300 anos de escravidão no Brasil e 130 anos que dizem que houve a abolição da escravatura. A invisibilidade relativa ao negro é grande, principalmente nas oportunidades. Nós só venceremos o racismo por meio de políticas públicas efetivas e permanentes”, afirmou. “Somos iguais perante a lei, a cor da pele não pode continuar nos separando”, acrescentou Araújo.

(Agência Brasil)

Câmara devolve R\$ 230 milhões à União para ações de combate à violência contra a mulher



A Câmara dos Deputados vai devolver R\$ 230 milhões ao orçamento da União para que sejam investidos em ações de combate à

violência contra a mulher e de combate às drogas coordenadas pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública. A decisão da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados transfere recursos provenientes de reduções de gastos no orçamento da Casa (R\$ 200 milhões) e da venda da folha de pagamento de 2018 (R\$ 30 milhões).

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que a redução das despesas públicas é uma das demandas da sociedade.

“Os recursos públicos precisam ser tratados de forma diferente por todos os poderes: menos gastos na burocracia e mais na família brasileira”, defendeu o presidente.

O primeiro-secretário da Câmara, deputado Giacombo (PR-PR), afirmou que o Legislativo faz a sua parte e se esforça para devolver os recursos em benefício da sociedade brasileira.

“Acho que hoje é uma tarde que vai ficar para a história do nosso Parlamento. Na história da Câmara dos Deputados, isso nunca havia ocorrido”, acrescentou.

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, participou do evento e afirmou que os recursos vão contribuir para combater a violência contra as mulheres. Segundo Jungmann, é importante fortalecer programas que visam combater a violência e o feminicídio.

“No Brasil de hoje, a cada 2 horas uma mulher é morta, mais de 70 mil estupros por ano, que são casos subnotificados. Quero dizer que cada centavo, cada real desses R\$ 230 (milhões) será utilizado na defesa dessas mulheres e transformar essa cultura da violência”, afirmou o ministro.

Gastos públicos

Após o evento, em entrevista coletiva, o presidente da Câmara reafirmou a necessidade de se reorganizar os gastos públicos e defendeu que os recursos sejam gastos de forma a atender as demandas da sociedade. “No Brasil se gasta muito e se gasta mal. Enquanto não se discutir a redução das despesas, o fim da burocracia, enfrentar tanto as corporações públicas quanto os recursos que vão para o setor privado em desonerações, não vai se atender aos interesses da sociedade”, disse.

(Agência Câmara)